



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP COM BRUNO BILHALVA DUARTE

**BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
A IMPORTÂNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL NA BAHIA**

**Rio de Janeiro
2020**



ESCOLA DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS

CAP COM BRUNO BILHALVA DUARTE

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL:
A IMPORTÂNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA
DO BRASIL NA BAHIA

Trabalho acadêmico apresentado à Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais, como requisito para a especialização em Ciências Militares com ênfase em Gestão Operacional.

Rio de Janeiro
2020

BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL: A IMPORTÂNCIA DO EXÉRCITO BRASILEIRO NA GUERRA DE INDEPENDÊNCIA DO BRASIL NA BAHIA

Bruno Bilhalva Duarte ¹
Ivo Leandro Botelho Lima ²

RESUMO

O Brasil comemorará seus 200 anos de Independência no dia 07 de setembro de 2022. Ao contrário do que muitos brasileiros pensam, a Independência do Brasil não foi conquistada de forma pacífica. Houve guerras de independência no país, principalmente, nas regiões Norte e Nordeste. Na Bahia, Maranhão, Piauí e Pará foram os estados que houve os embates entre brasileiros e portugueses. O trabalho focou na Guerra de Independência do Brasil na Bahia porque foi a Campanha mais importante para a manutenção da unidade nacional.

A guerra travada na Bahia entre brasileiros e portugueses, caracterizou-se por ser a mais demorada, cerca de 1 ano e 5 meses. A Bahia, no século XIX, era a terceira província mais populosa e Salvador, capital da província, uma das cidades mais movimentada do mundo na época. A cidade concentrava uma importante indústria naval que produzia navios para diversas cidades do império colonial português, havia um intenso comércio de escravos e, também, era um polo exportador de tabaco, algodão, açúcar e entre outros produtos agrícolas.

A importância do Exército Brasileiro foi relevante e crucial para a vitória contra os portugueses nas batalhas ocorridas no solo baiano. A Força Terrestre Brasileira era numericamente inferior, com materiais de emprego militar escassos e com pouca experiência em combate, enquanto que a tropa portuguesa possuía estrutura bélica superior e experiência em combate na guerra napoleônica e nas campanhas na Cisplatina.

Apesar disso, a tropa brasileira ganhou todas as batalhas da guerra, devido a liderança e comprometimento dos comandantes e, também, por haver um espírito de cumprimento de missão e bravura dos soldados brasileiros. Para se libertar do jugo lusitano, o exército nacional foi constituído por estrangeiros contratados, brancos, mulatos e escravos.

Palavras-chave: Guerra de Independência na Bahia, Independência do Brasil, Exército Brasileiro.

ABSTRACT

Brazil will celebrate its 200th anniversary of Independence on September 7, 2022. Contrary to what many people think, Brazil's independence was not achieved peacefully. There have been wars of independence in the country, mainly in the North and Northeast regions. In Bahia, Maranhão, Piauí and Pará were the states where there were clashes between Brazilians and Portuguese. The work focused on Brazil's War of Independence in Bahia because it was the most important Campaign for the maintenance of national unity.

The war fought in Bahia between Brazilians and Portuguese, was characterized by being the most collapsed, about 1 year and 5 months. Bahia, in the 19th century, was the third most populous province and Salvador, the provincial capital, one of the busiest cities in the world at the time. The city was home to an important naval industry that produced ships to various cities in the Portuguese colonial empire, there was an intense slave trade, and it was also an export hub for tobacco, cotton, sugar and other agricultural products.

The importance of the Brazilian Army was crucial for the victory against the Portuguese in what happened on the soil of Bahia. The Brazilian Land Force was numerically inferior, with scarce military materials and little experience in combat, while the Portuguese troops had superior military structure and experience in combat in the Napoleonic war and in the campaigns in the Cisplatina.

In spite of this, the Brazilian troops won all the conquests of the war, advantage of the leadership and commitment of the commanders and, also, for there is a spirit of fulfillment of mission and bravery of

¹Capitão da Arma de Comunicações. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2010.

² Capitão da Arma de Comunicações. Bacharel em Ciências Militares pela Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN) em 2008. Pós graduado em Ciências Militares pela Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO) em 2018.

the Brazilian soldiers. To break free from the Portuguese yoke, the national army had to be made up of contracted foreigners, whites, mulattos and slaves.

Keywords: War of Independence of Brazil in Bahia, Independence of Brazil, Brazilian Army.

1 INTRODUÇÃO

Em 1807, a Família Real Portuguesa, junto com a sua corte, saiu de Portugal com destino à sua colônia mais próspera, o Brasil. Como Portugal não aderiu ao Bloqueio Continental (os países do continente europeu estavam proibidos de comercializar com a Inglaterra) proposto pela França. Napoleão Bonaparte, imperador francês, decidiu invadir o território lusitano através da Espanha. (FAUSTO, 1996, p.75).

Portugal e Inglaterra eram aliados desde o século XIV, inclusive, ainda é a aliança bilateral mais antiga do mundo. Dom João, Príncipe Regente de Portugal ficou no impasse de decidir em que lado ficaria. Se ele aderisse ao Bloqueio Continental, a Inglaterra iria invadir seu território e a sua economia iria se deteriorar pela forte dependência dos produtos manufaturados ingleses, no entanto, se negasse o bloqueio, as tropas napoleônicas iriam subjugar os portugueses.

Havia em Portugal, um plano antigo de transferência da Corte para o Brasil, por causa da proximidade das terras brasileiras ao restante das colônias do império lusitano. O rei português teve que ativar o plano de transferência, por seu exército não ser páreo ao poderoso exército napoleônico (FAUSTO, 1996, p.75).

Os ingleses se comprometeram a ajudar os portugueses se mantivessem fiéis ao acordo. A Inglaterra não poderia enviar uma Força Expedicionária naquele momento para deter as tropas napoleônicas, porém poderiam escoltar a frota lusitana que levariam a Família Real e sua corte ao Brasil (FAUSTO, 1996, p.75).

Em 1808, a Família Real Portuguesa chegou ao Rio de Janeiro para modificar totalmente a estrutura econômica, social e política brasileira. Dom João realizou inúmeras mudanças, como a criação do Banco do Brasil, do Jardim Botânico, da Biblioteca Nacional, Academia Real Militar e a Abertura dos Portos que permitiu o comércio com a Inglaterra, fato que não ocorreria, pois havia o Pacto Colonial (a metrópole tinha exclusividade no comércio com a colônia) (FAUSTO, 1996, p.75 e 76).

Posteriormente, em 1815, o Príncipe Regente e depois Rei, Dom João VI uniu Portugal e Brasil em só uma coroa, elevando o status de colônia à Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Diante disso, a cidade do Rio de Janeiro, tornou-se a capital do reino luso-brasileiro (GOMES, 2010, p. 34).



Figura 1 - Partida do Príncipe Regente de Portugal para o Brasil, 27 de novembro de 1807, lito-gravura de F. Bartolozzi (gravador) e H. L. E. Vêque (desenhista).

Fonte: Google. Disponível em: <https://www.revistamilitar.pt/artigo/257>. Acesso em 20 de abril de 2020.

A Revolução do Porto eclodira em Portugal, em 1820, com objetivo de criar uma Constituição que limitasse os poderes absolutos do rei. Uma das consequências foi a criação das Cortes (Assembleia Constituinte) que exigiu o retorno de Dom João VI à antiga metrópole (GOMES, 2010, p. 34 e 83).

A Família Real teve que retornar à Portugal, em 1821. O rei nomeou o seu filho mais velho, Dom Pedro à príncipe regente do Brasil como seu representante. Antes de embarcar, Dom João VI disse ao seu filho: “Pedro, se o Brasil se separar, antes seja para ti, que me hás de respeitar, que para algum desses aventureiros”. O rei pressentia a separação entre os dois reinos e preferia que o território brasileiro ficasse nas mãos do filho do que nas mãos de republicanos que poderiam fatar as províncias e transformá-las em novos países da mesma forma que os Vice Reinados espanhóis fragmentaram-se em países distintos. (GOMES, 2010, p.65).

As Cortes queriam a todo custo acabar com a autonomia adquirida pelo Brasil. Seu maior objetivo era reduzir seu status em colônia da metrópole

portuguesa. Elas desejavam que as províncias respondessem diretamente a Lisboa, além de, destituir Dom Pedro como príncipe regente e diminuí-lo a um mero delegado com poderes de influência apenas no Rio de Janeiro (GOMES, 2010, p. 34).

As Cortes haviam, também, nomeado interventores militares para as províncias, encarregados de manter a ordem e responder diretamente à metrópole. Diante do empasse, só restava um caminho à Dom Pedro e aos brasileiros, pegarem em armas contra Portugal, a fim de assegurar a sua Independência (GOMES, 2010, p. 34).

No dia 7 de setembro de 1822, Dom Pedro proclamou a Independência do Brasil às margens do Ipiranga com o célebre “Independência ou Morte!”. Mas esse ato sublime apenas formalizou o desejo dos brasileiros. Desde fevereiro de 1822, a Bahia travava uma guerra contra os portugueses que ainda se estenderia do momento do Grito do Ipiranga e até o fim da guerra em julho de 1823.

1.1 PROBLEMA

Dom João VI levou todo o dinheiro, pedras preciosas e barras de ouro do Banco do Brasil, antes de retornar à Portugal em 1821. Para combater a antiga metrópole, o país emergente deveria, além de ter dinheiro suficiente para arcar com inúmeras despesas que a guerra proporciona, um exército profissional, navios e equipamentos militares consistentes (GOMES, 2010, p. 56 e 57)

Mas a situação do Brasil estava muito grave na época, segundo Laurentino Gomes (2010, p. 56):

“À beira da falência, o novo país não tinha exércitos, navios, oficiais, armas ou munição para sustentar a guerra pela sua independência, que se prenunciava longa, cara e desgastante. Em 1822, na Bahia, campo de batalha decisivo nessa guerra, o pagamento do soldo dos oficiais e soldados estava atrasado dois meses por falta de dinheiro nos cofres da província. Os canhões, decrépitos, e sem munição, não funcionavam. Os soldados andavam descalços e portavam espingardas de matar passarinho.”

Uma das medidas encontradas foi recorrer a ajuda financeira inglesa, segundo João Pandiá Calógeras (1939, p. 121):

“Consolidado o processo de na região Sudeste do Brasil, a independência das demais regiões da América Portuguesa foi conquistada com relativa rapidez. Contribuiu para isso o apoio diplomático e financeiro da Grã Bretanha. Sem um Exército e sem uma Marinha de Guerra, tornou-se necessário recrutar mercenários e oficiais estrangeiros para comandá-los,

do mesmo modo que adquirir meios. Desse modo foi sufocada a resistência portuguesa na Bahia, na do Maranhão, na do Piauí e na do Pará.

Verifica-se que o Brasil possuía sérios problemas estruturais para enfrentar Portugal. Não havia um Exército profissional e uma Marinha de Guerra para enfrentar um exército português experiente que combateu as tropas de Napoleão Bonaparte e para combater a tradicional Marinha Portuguesa.

Logo, diante das dificuldades impostas, como o Exército Brasileiro contribuiu para o sucesso nas Guerras de Independência do Brasil, sobretudo, a travada na Bahia que é o escopo desse trabalho?

1.2 OBJETIVOS

A fim de entender o processo de importância do Exército Brasileiro na Guerra de Independência na Bahia, serão analisadas o contexto histórico e as fases do conflito.

Para conseguir chegar ao objetivo geral, foram formulados os objetivos específicos, abaixo relacionados, que permitiram entender o escopo desse estudo:

- a) Identificar o contexto histórico vivenciado na Bahia em 1822;
- b) Descrever as batalhas mais importantes no Teatro de Operações da Bahia;
- c) Analisar a importância do Exército Brasileiro nas batalhas que participou na Guerra de Independência na Bahia;
- d) Descrever a participação dos heróis nacionais surgidos na Guerra de Independência na Bahia; e
- e) Descrever as consequências da Guerra de Independência na Bahia.

1.3 JUSTIFICATIVAS E CONTRIBUIÇÕES

O Brasil comemorará o seu Bicentenário da Independência no dia 7 de setembro de 2022. Durante a sua história teve que enfrentar diversos desafios que só foram superados graças a garra e determinação do povo brasileiro. “Verás que um filho teu não foge à luta”, verso do Hino Nacional, sintetiza a característica principal dos brasileiros, de não desistirem diante das dificuldades.

Essas características puderam ser evidenciadas em momentos cruciais da história brasileira como as Guerras de Independência que foram o alicerce para o país se tornar soberano.

O Exército se fez presente em diversas oportunidades ao longo da vida nacional, principalmente, na criação do Estado Brasileiro a partir de 1822. Apesar do surgimento da Força Terrestre ocorrer na Batalha dos Guararapes em 1648, antes do processo de independência, o Brasil era uma colônia de Portugal.

Porém, para ser conquistada a independência perante os portugueses, Dom Pedro teve que constituir um exército capaz de vencer esse enorme desafio, visto que Portugal possuía mais recursos, meios e experiência em combate.

Apenas esses fatores já seriam motivantes para entender o início do Exército e a sua importância para a Independência. Além disso, o oficial, que estuda História Militar desde os bancos escolares da Academia Militar das Agulhas Negras, de uma maneira geral, poderia despertar o interesse em conhecer um assunto que não estudou na época de cadete.

A importância do estudo da História Militar, segundo L. P. Macedo Carvalho (2001, p. 18 e 19) pode:

“proporcionar uma valiosa visão em perspectiva para o exame crítico dos problemas contemporâneos. A perspectiva histórica conduz ao senso de equilíbrio e encoraja a visão de longo alcance. [...] A História Militar também ajuda a desenvolver um modo de pensar profissional, ou seja, uma atitude mental. No campo da liderança mostra importância do caráter e da integridade. Estudada em profundidade, a História Militar permite ver a guerra, segundo a decantada expressão de Clausewitz, como um camaleão, um fenômeno que alimenta e suga a sociedade que a provoca.”

O estudo da História Militar pelo oficial do exército é muito importante, também, para o aprimoramento das técnicas e táticas de batalhas ensinadas na EsAO (Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais). Uma manobra de combate aprendida no manual é mais compreendida quando contextualizada em livros ou filmes.

Logo, o trabalho sobre a importância do Exército Brasileiro na Independência do Brasil na Bahia é fundamental para o estudo da História Militar por conter o tipo de operações (defensivas e ofensivas) aprendidas nos bancos escolares da EsAO. Esse estudo é extremamente significativo para o entendimento do processo de

independência da nação pelo fato da Guerra na Bahia ter sido a mais relevante de todas as guerras travadas no território brasileiro na época.

2 METODOLOGIA

Para conseguir realizar o estudo desse trabalho, foi realizada uma pesquisa bibliográfica que permitiu analisar os fatos históricos através de livros, revistas, panfletos da época e de sítios eletrônicos que deram subsídios para chegar a uma conclusão sobre a proposta do problema em questão.

2.1 REVISÃO DE LITERATURA

Iniciamos o delineamento da pesquisa utilizando ideias presentes nos livros de Laurentino Gomes (2010), João Pandiá Calógeras (1939) e Boris Fausto (1996) para entendermos o contexto histórico vivenciado pelo Brasil no processo de independência. Inicialmente, a situação político, econômico e militar do Brasil foi retratada desde a chegada da Família Real Portuguesa em 1808 até o Grito do Ipiranga por Dom Pedro em 1822.

Antes de começar a descrever e analisar os fatos que levaram à Guerra de Independência na Bahia é importante entendermos que o Grito do Ipiranga foi apenas um marco e um evento formal, pois o evento, em si, não nos separou definitivamente do jugo português.

A fim de conseguir justificar a importância do estudo do assunto, levamos em consideração a visão de L. P. Macedo Carvalho (2001) a respeito da relevância do estudo da História Militar.

Com a finalidade de conseguir atingir os objetivos gerais e específicos foi realizado um estudo aprofundado do tema em questão, utilizando as obras de Laurentino Gomes (2010), de João Pandiá Calógeras (1939), de José Murilo de Carvalho (2012), de Luís Henrique Dias Tavares (2005) de José Honório Rodrigues (2002), Miguel Calmon du Pin e Almeida (1922), de panfletos manuscritos da época, revistas comemorativas do 2 de julho e sítios eletrônicos. A delimitação do período ocorreu de 1822 a 1823, durante a fase da Guerra na Bahia, visou abordar o contexto histórico da origem do conflito entre os brasileiros e portugueses, procurou descrever as batalhas mais relevantes, analisar a importância da Força Terrestre nas campanhas, descrever a origem dos Heróis da Independência no território

baiano, e, por fim, descrever as consequências da Guerra de Independência na Bahia.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

As províncias do Sul e Sudeste foram desde o princípio leais ao futuro imperador do Brasil, Dom Pedro; porém as províncias do Norte e Nordeste, reduto de comerciantes portugueses permaneceram obedientes a Portugal. A sorte da Independência, entretanto, se decidiria na Bahia, posição estratégica escolhida pelos portugueses para resistir e, se possível, reconquistar a partir dali as demais províncias consideradas rebeldes (GOMES, 2010, p. 164).

A guerra iniciou em 19 de fevereiro de 1822 quando militares brasileiros se rebelaram contra a decisão das cortes de Lisboa de substituir o governador das armas da província, Brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, brasileiro e aliado de Dom Pedro pelo general português Ignácio Luís Madeira de Melo para comandar as tropas na Bahia (GOMES, 2010, p. 198).

Na rebelião, centenas de oficiais, soldados, milicianos e civis simpáticos à causa da independência se aquartelaram no forte São Pedro, construção da época da colônia que ainda hoje abriga uma Organização Militar do Exército, o 6º Depósito de Suprimento (GOMES, 2010, p. 198).

No dia 20 de fevereiro, o General Madeira de Melo ordenou bombardear a fortaleza por fogos de artilharia. Os revoltosos sobreviventes, impossibilitados de fazer frente aos portugueses, evacuaram o forte pelo mar (RODRIGUES, 2002, p. 233)

Diante das agitações em Salvador ocorridas pela demonstração de força pelo General Madeira de Melo, um número considerável de famílias e pessoas começaram a deixar a cidade. Dezenas de soldados brasileiros desertaram dos batalhões de 1ª Linha e 2ª Linha e se refugiaram no Recôncavo baiano a fim de organizar uma resistência (TAVARES, 2005, n.p).

A notícia da luta na Bahia e dominação armada de Madeira de Melo provocou a reação de Dom Pedro, ordenando ao general que retirasse sua tropa para

Portugal. O príncipe regente enviou auxílios à Bahia como uma Expedição Auxiliadora que futuramente se chamaria Exército Pacificador, comandada por um oficial estrangeiro, o general francês Pierre Labatut (RODRIGUES, 2002, p. 235).

A opressão na capital da província despertou a reação das vilas do Recôncavo, onde havia quase totalidade da produção agricultora da Bahia (tabaco e algodão) que sustentavam a economia da província. Foi na Vila de Cachoeira, foco da resistência, que, em 25 de junho de 1822, que houve a aclamação a Dom Pedro como Regente do Brasil e, conseqüentemente, não obedecendo mais à Junta dominada por Madeira de Melo. Pediram ao Dom Pedro que o novo país organizasse um exército e uma marinha de guerra. (RODRIGUES, 2002, p. 237).

Enquanto Dom Pedro organizava uma Força Auxiliadora, as autoridades do Recôncavo organizavam batalhões de voluntários constituídos por agricultores pobres, escravos e crioulos plantadores de cana, fumo e mandioca. O mais famoso batalhão foi batizado de “Voluntários do Príncipe”, mas se tornou conhecido entre os baianos como “Batalhão dos Periquitos”, pela cor verde usada na gola dos uniformes (GOMES, 2010, p. 201).

À frente das tropas regionais, o Tenente Coronel miliciano Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, mais tarde premiado com o título de Visconde de Pirajá. Eram dois batalhões de milicianos e uma companhia de cavalaria. Tropas bisonhas, mal armadas, mal abastecidas e sem treinamentos. Os mais preparados eram os desertores do forte de São Pedro que se uniram aos milicianos do Recôncavo. No início, limitou-se a bloquear e interceptar o abastecimento da capital, sempre na defensiva, evitando um ataque pela pobreza dos recursos de gente e armas (RODRIGUES, 2002, p. 239 e 240).

A tarefa definitiva de organizar esse exército irregular, indisciplinado e carente de tudo caberia ao General Pierre Labatut. No dia 17 de julho de 1822, a Força Auxiliadora saiu do Rio de Janeiro transportada por uma frota naval. Ela era constituída por diversos oficiais e levava mosquetes, canhões e pólvora. Teve que desembarcar em Maceió devido ao bloqueio marítimo imposto por navios portugueses na entrada da Baía de Todos dos Santos. Desembarcados no litoral alagoano, Labatut e seus oficiais seguiram até Recife para recrutar mais homens e

logo depois marcharam por três meses até chegar em solo baiano. Estabeleceu o quartel general na localidade de Engenho Novo (GOMES, 2010, p. 201 e 202).

O Governo Central do Rio mobilizou o apoio das províncias da Paraíba, de Pernambuco, de Alagoas, de Sergipe, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais com envio de tropas, médicos, ambulâncias, medicamentos, espingardas, morteiros, peças de artilharia e munições. Também, decretou, em 2 de setembro de 1822, a proibição das demais províncias de enviarem mantimentos e petrechos de guerra ao porto da capital da Bahia, a fim de desestabilizar e desabastecer as tropas portuguesas (RODRIGUES, 2002, p. 245 e 246).

O general francês Pierre Labatut saiu do Rio de Janeiro para comandar as forças opositoras aos portugueses com reforços de pessoal e material, segundo José Honório Rodrigues (2002, p. 244) descreve:

“Labatut chegara à Feira de Capuame (hoje Dias d'Ávila) em 25 de outubro e no dia 28 fixara seu quartel em Engenho Novo. Labatut saíra do Rio com 200 praças do Batalhão de Milícias, 40 de Caçadores e 34 oficiais que deviam ajudar na organização do Exército Brasileiro na Bahia. O material de guerra que trazia era avultado, constando de cinco mil espingardas, um parque de artilharia e grande cópia de clavinhas, pistolas, chuços, terçados e cartuchame”.



Figura 2 - Primeiro passo para a Independência do Brasil na Bahia, de Antônio Parreiras.

Fonte: Google. Disponível em: <https://profigestaoblog.wordpress.com/2017/04/13/a-guerra-entre-portugueses-e-brasileiros/>. Acesso em 20 de abril de 2020.

Em contrapartida, em 31 de outubro de 1822, o Gen Madeira de Melo recebia reforços vindos de Portugal. Eram 10 navios da marinha portuguesa, dentre eles a poderosa nau Dom João VI, trazendo mais 1.400 soldados profissionais, mais armas e mais munições. O exército português recebeu reforços, também, de portugueses migrados de Pernambuco e Sergipe (TAVARES, 2005, n.p).

Os brasileiros ficaram mais organizados depois da chegada de Labatut, mas, ainda assim, preferiram evitar um confronto direto com os portugueses. Em vez disso, decidiram cercá-los na capital, impedindo que recebessem armas, munição e, principalmente, alimentos das terras do Recôncavo. Bloqueado por terra, Madeira de Melo só poderia receber ajuda pelo mar (GOMES, 2010, p. 203).

Labatut em alguns meses conseguiu disciplinar sua tropa, recebendo reforços das províncias aliadas e ocupando posições estratégicas. Em 3 de novembro de 1822, dividiu o Exército Pacificador em duas brigadas: a da esquerda, comandada pelo Coronel Felisberto Gomes (miliciano baiano), com 600 homens do Batalhão da Torre que ocupava o porto da Torre até Itapuã; e a da direita, chefiada pelo Major José de Barros Falcão (oficial da província de Pernambuco), que se situava da linha de fronteira do inimigo, de Itapuã até o Engenho do Cabrito. Distribuiu vários oficiais para comandar destacamentos nas Vilas do Recôncavo (RODRIGUES, 2002, p. 248)

Devido ao cerco à capital da província imposto por Labatut, as tropas portuguesas não recebiam mais gêneros alimentícios por terra, segundo José Honório Rodrigues (2002, p. 249):

“O aumento sucessivo das forças navais portuguesas coincidia com o crescimento do seu poder terrestre que atingia a quatro mil homens. Mas também para o general as dificuldades, pois aumentava a carestia e falta de víveres, com o cerco que ia se formando em torno da cidade pelas forças brasileiras e, também, porque Sergipe não mais prestava auxílio à Bahia”.

Com isso, o General Labatut foi intensificando o cerco e criando novos postos de defesa ao redor da capital. Novos reforços de pessoal, alimentos e medicamentos vinham do Rio de Janeiro e de todo o Nordeste, sobretudo, de Pernambuco. A pequena luta iniciada nas Vilas de Cachoeira e Santo Amaro, transformara em uma guerra nacional, não só de baianos, mas de brasileiros (RODRIGUES, 2002, p. 249).

3.1 BATALHA DE PIRAJÁ

Pirajá era uma posição muito estratégica, pois possuía uma estrada que dava acesso às terras férteis do Recôncavo. Era por onde passava os alimentos de origem vegetal e animal produzido pelas Vilas do Recôncavo com destino à Salvador. As campanhas militares foram feitas em torno desta cidade devido a sua posição intermediária entre os polos produtores e o mercado consumidor da província. Por essa razão, a tropa brasileira possuía uma base de operações que realizava um cerco que bloqueava o acesso à capital da província (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.70).



Figura 3 – Carta da região que ocorreu a Batalha do Pirajá.

Fonte: Livro Batalha do Pirajá (ALMEIDA, 1922).

O plano de Madeira de Melo era surpreender o Exército Brasileiro. Contando com 4.000 homens no total, cerca de 3.600 combatentes avançaram por terra

(Estrada das Boiadas que levava ao núcleo de Pirajá) e pelo mar (desembocando nas praias da região), cerca de 400 soldados e marinheiros. O general português sentiu que o início do mês de novembro era o momento de reagir ao cerco. Decidiu atacar a base de operações dos brasileiros nos arredores de Pirajá (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.70).

Os portugueses embarcaram na noite de 7 de novembro e rumaram para as enseadas de Itapagipe e Praia Grande (praias de Itacaranha) para assaltar as posições brasileiras. Conduzia as operações o coronel João de Gouveia Osório, comandante da Legião Constitucional Lusitana. A tropa portuguesa era composta pela Legião Constitucional Lusitana com os seus dois batalhões, outros dois batalhões de Infantaria, o 4º e 12º, além de um contingente da Artilharia que marcharam até o local da batalha pela Estrada das Boiadas (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.70).

Enquanto que no lado brasileiro, o efetivo da campanha militar não passou de 2.000 homens que guarneciam o Engenho Novo, localidade próxima a Pirajá. O contingente era comandado pelo General Labatut e formado por 3 batalhões (Batalhão de milícia da Vila de São Francisco, Batalhão da Torre e Batalhão Pernambucano de Caçadores), 1 Companhia Montada da localidade de Pojuca e militares conduzindo poucas peças de artilharia que protegiam a posição defensiva. A tropa bloqueava os caminhos que ligavam a capital ao centro e ao norte da província (ALMEIDA, 1922, p. 27 e 28)



Figura 4 - Mapa ilustrando o desembarque das forças de Madeira de Melo em Itacaranha e Plataforma, tentando furar o cerco a Estrada das Boiadas na região de Pirajá.

Fonte: Revista da Bahia (Nº 36 - 2002), p. 23.

Segundo o autor Miguel Calmon du Pin e Almeida (1922, p. 28) narra o início do engajamento entre as tropas brasileiras e portuguesas:

“Ao amanhecer de 8 de Novembro, lanchões, comboiados por duas canhoneiras ; dirigiram-se silenciosamente para a costa de São Braz e Escada [...] por entretanto, a Legião [...] marchava pela estrada das Boiadas, visando diretamente ao núcleo de Pirajá. Foram descobertos aqueles na meia encosta fronteira, quando demandavam ainda o alto da Campina, por diminuta escolta chefiada pelo cadete de artilharia José Barbosa Cabral. Caiu o jovem patriota, varado pelas baionetas, defendendo heroicamente a estrada. Três peças, que formavam um reduto em face de Itapagipe, guardando o flanco do nosso exército, e comandadas pelo tenente Menezes Doria, romperam fogo contra o inimigo, levando o rebate a toda a posição e atraindo sobre ele as forças ligeiras que acampavam na orla da montanha, a saber, os cachoeiranos de Rodrigo Brandão e a milícia da Villa de São Francisco”.

O esforço principal português foi realizado pela estrada das Boiadas, com a Legião Lusitana, e atribui o ataque pelas encostas da enseada de Itapagipe a um contingente de cerca de 400 soldados. A existência de três peças colocadas face a esse reduto de Itapagipe, que, rompendo fogo contra o inimigo, alertou as tropas do Exército Pacificador, fez com que os milicianos de Cachoeira e de Vila de São Francisco, que estavam na orla da montanha, engajassem para conter a investida do inimigo lusitano (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON 2000?, p.72).

O terreno ondulado facilitou a manutenção das posições defensivas. O contra ataque brasileiro realizava ações de guerrilha na frente e pelos flancos do inimigo de forma que a tropa lusitana não conseguia mais avançar. Somente depois de um reforço de soldados lusitanos oriundos de Salvador possibilitou ao inimigo conseguir romper as linhas defensivas. Simultaneamente, os lusitanos tentaram realizar um desbordamento por Itacaranha para cortar as comunicações com o Quartel General, em Engenho Novo. Porém, foram rechaçados por pesado ataque de arma branca e fortes fogos pelo Batalhão Pernambucano. Destaca-se o retardamento realizado pela cavalaria montada brasileira, dificultando o movimento da tropa lusitana (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.72).

O maior efetivo das forças portuguesas e a sua reposição das tropas em reserva em Salvador favoreceram a sua boa atuação no combate. Em quatro horas de embates, os portugueses possuíam um efetivo, de aproximadamente, 6 batalhões; enquanto, os brasileiros possuíam cerca de 400 soldados do Batalhão Pernambucano, mantendo a posição defensiva no centro da zona de ação, a força de retaguarda realizava ações de guerrilha e mantinha uma linha defensiva, protegendo o QG na localidade de Engenho Novo. O Major Barros Falcão, comandante da posição defensiva, percebendo a desvantagem numérica de sua tropa, o bom desempenho dos portugueses naquele momento e o risco de ser massacrado, deu ordem ao cabo corneteiro Luiz Lopes executar o toque de recuar. Porém, o cabo corneteiro tocou cavalaria avançar e degolar (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.73).

Segundo Laurentino Gomes (2010, p. 205), a Batalha de Pirajá deu origem ao mito da vitória brasileira ser desencadeada por um engano do cabo corneteiro, Luiz Lopes:

“a certa altura os brasileiros estavam em grande desvantagem, correndo o risco de serem massacrados pelos portugueses. Acreditando que a batalha estivesse perdida, o major José de Barros Falcão de Lacerda teria ordenado a Luís Lopes o toque de recuar. Por engano, no entanto, o corneteiro fez o contrário e inverteu o toque para “cavalaria, avançar e degolar! Obviamente, não havia qualquer regimento de cavalaria pronto para entrar em ação, mas o toque assustou os portugueses, que teriam fugido, desordenadamente, dando vitória ao exército brasileiro.”

Os lusitanos com receio de haver uma tropa de cavalaria, em reserva, fugiram, desordenadamente, da região. Os soldados brasileiros, aproveitando da situação, perseguiram os portugueses para executarem uma carga de baionetas e fogos em direção ao inimigo. O saldo de baixas dos portugueses no contra ataque brasileiro foi de 200 (TAVARES, 2005, n.p).

A Batalha de Pirajá, considerada a maior de todas, foi fundamental na guerra de Independência na Bahia, porque ela definiu a incapacidade portuguesa de romper o cerco. A tropa Portuguesa só poderia ter algum êxito se apresentasse novos reforços. No lado brasileiro, fez crescer o número de voluntários para o ingresso no Exército Pacificador, além de aumentar o poder e a autoridade do General Pierre Labatut (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.73).



Figura 5 - Batalha do Pirajá, na cena, retratada por Antonio Parreiras.

Fonte: Google. Disponível em: <http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?artigos=a-independencia-na-bahia-1823-algumas-reflexoes-importantes>. Acesso em 20 de abril de 2020.

3.2 CERCO À ITAPARICA

Uma segunda tentativa de romper o cerco brasileiro aconteceu em 7 de janeiro de 1823 na Ilha de Itaparica, ilha localizada na baía de Todos os Santos. O ataque português foi capitaneado por João Félix, chefe da armada portuguesa, e realizado com 40 barcas, 2 brigues de guerra e lanchas canhoneiras contra a fortaleza de São Lourenço e seu povoado (GOMES, 2010, p. 205).

Antes do ataque, a guarnição militar brasileira já havia reforçado as defesas da ilha. Cavaram trincheiras na costa leste, trouxeram artilharia do Morro de São Paulo e colocaram 16 peças na Fortaleza de São Lourenço, na Ponta Noroeste. Seu efetivo atingiu 3.257 homens. Comandava-os Antônio de Souza Lima, um português que lutava do lado brasileiro (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.75).

O combate se iniciou com os navios portugueses atirando, porém, as baterias de terra da tropa brasileira responderam ao fogo. O comandante português, João Félix, que comandava o ataque, evadiu-se para Salvador no meio da batalha. Os portugueses iniciaram as operações de desembarque, quando entraram na distância

de tiro dos defensores da ilha, a maioria da tropa lusitana foi dizimada (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.75).

Após dois dias de intensa luta, os portugueses tiveram que se retirar da ilha. O General Labatut, numa proclamação em 12 de janeiro, elogiou a resistência baiana e nomeou o Major de Milícias Antônio de Sousa Lima, português nato, Governador da Ilha de Itaparica (RODRIGUES, 2002, p. 252).

Uma eventual tomada da ilha teria aberto a linha de defesa ao redor da baía de Todos os Santos e o caminho aos portugueses para chegar ao Recôncavo através mar. Os portugueses tiveram baixas consideráveis, cerca de 500 mortos (GOMES, 2010, p. 205).



Figura 6 - Cena retrata a contribuição popular na Guerra de Independência na Bahia, por Oséias.

Fonte: Google. Disponível em: <http://bahiacomhistoria.ba.gov.br/?artigos=a-independencia-na-bahia-1823-algumas-reflexoes-importantes>

3.3 DEPOSIÇÃO DO GENERAL LABATUT

Em abril de 1823, o Exército Brasileiro possuía 13.500 homens no total. Na Infantaria 8.000 soldados, na Cavalaria 250 militares, na Artilharia 1.300, nos hospitais e na Logística 1.300 homens servindo. Deve-se contar os 2.650 soldados de Infantaria e Artilharia que protegiam a ilha de Itaparica. Eram baianos, cariocas, pernambucanos, paraibanos, sergipanos e alagoanos que faziam parte do Exército

Nacional. Enquanto que, o Exército Português possuía cerca de 10.000 homens, sendo que mais da metade dos soldados haviam combatido nas campanhas peninsulares (RODRIGUES, 2002, p. 252).

A vantagem brasileira na guerra era admitida pelo próprio General Madeira em sua carta enviada ao Rei de Portugal, Dom João VI, segundo José Murilo de Carvalho (2012, n.p):

“Faço saber, que estando, como está esta Província revolucionada, a ponto de se achar a Cidade, (único lugar que se conserva fiel) em um perfeito estado de sítio, a que [a] têm reduzido os rebeldes, chegados às suas extremidades, por mar, e terra e convindo por conseguinte aos interesses, e bem da Nação lançar mão dos meios próprios, e adequados para salvar a mesma Cidade, e fazer voltar à ordem todos os lugares insurgidos”.

O general francês Labatut conseguiu organizar um exército de 12 a 14 mil homens e discipliná-los. Sua superioridade moral e sua competência militar tinham conseguido o sucesso extraordinário de cercar e submeter o General Madeira a derrota. (RODRIGUES, 2002, p. 261).

Labatut comandou as forças brasileiras por dez meses, mas a nomeação de um oficial estrangeiro para um cargo tão importante causou desconforto na Bahia. O general mal falava a língua portuguesa e insistia em alistar escravo nas tropas brasileiras, criou, inclusive o Batalhão dos Libertos, composto somente por ex-escravos. Os senhores de engenho temiam que os negros, uma vez armados, poderiam se voltar contra eles (GOMES, 2010, p. 202 e 203).

O momento crucial para a sua deposição foi a prisão do Coronel Felisberto Gomes, oficial baiano de maior posto, ordenada pelo próprio Labatut. Felisberto Gomes foi acusado de conspirar contra o general francês. Porém, os oficiais do Estado-Maior do Exército Pacificador acharam a medida muito autoritária e as suas ações de imposição como única autoridade totalitária na Bahia, então decidiram prender e exonerar do comando o General Labatut (RODRIGUES, 2002, p. 262).

No dia 23 de maio de 1823, o Conselho Interino nomeou o Coronel Joaquim José de Lima e Silva como o substituto do General Labatut no comando do Exército Brasileiro. Uma das primeiras ações de Lima e Silva foi soltar o Coronel Felisberto Gomes da prisão da Ilha de Itaparica. A outra medida importante do novo comandante foi reorganizar o Exército em duas divisões e quatro brigadas. A 1ª

Divisão ficou com o Ten Cel José de Barros Falcão e a 2ª Divisão ficou comandada pelo Cel Felisberto Gomes (TAVARES, 2005, n.p).

3.4 O CAMINHO PARA O TÉRMINO: 2 DE JULHO E AS CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

Em 30 de junho de 1823, diante das dificuldades impostas pela tropa brasileira devido ao cerco sobre a capital e, sobretudo, por falta de suprimento, o Brigadeiro Madeira de Melo autorizou o início das negociações para o embarque do exército lusitano de volta a Lisboa. O general português discutiu os possíveis itens da rendição com o Coronel Lima e Silva, que exigia uma rendição oficial, a qual Madeira de Melo se recusou a assinar (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.36).

Na madrugada do dia 2 de julho de 1823, Madeira de Melo e mais 10.000 homens embarcaram em mais de 86 navios em direção à Portugal. Logo depois do embarque da tropa portuguesa, os primeiros soldados entraram na cidade ainda pela manhã sob o comando do Coronel Lima e Silva (GOMES, 2010, p. 206).

Segundo Luis Henrique Dias Tavares (2005, n.p), os soldados brasileiros chegaram à cidade de Salvador em estado deplorável:

“De outra parte temos a verdade do 2 de julho de 1823. Não foi um dia festivo, mas um dia de muita dor e sofrimento, milhares de soldados marchando famintos, corpos doentes martirizados por bichos-de-pé nos pés e nos corpos, impaludismo, tifo e tuberculose, e problemas e problemas que não se limitavam apenas ao alojamento em quartéis sujos e quase demolidos e em conventos igualmente sujos e estragados, na alimentação precária e no pagamento de soldos atrasados. Também havia as expectativas...”

A guerra envolvera efetivos relevantes em ambos os lados. As tropas brasileiras chegaram a 13.500 homens e os portugueses atingiram um efetivo de 10.500 soldados. Sobre mortos, feridos e desaparecidos, os números são incertos. Cada fonte histórica possui um dado diferente. Se considerarmos os civis que foram envolvidos e apontarmos os sofrimentos e as perdas gerais, incluindo as destruições e o desmonte de fazendas, engenhos e lavouras, o capital humano, social e financeiro empenhado e perdido, o gasto com a guerra teve um valor muito elevado (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.79).



Figura 7 - Após a vitória de Pirajá, os brasileiros entram em Salvador, em Dois de Julho de 1823. Na foto, parte da tela “Entrada do Exército Libertador” de Presciliano Silva.

Fonte: Google. Disponível em: <https://profigestaoblog.wordpress.com/2017/04/13/a-guerra-entre-portugueses-e-brasileiros/>. Acesso em 20 de abril de 2020.

O longo período da guerra, o sítio e bloqueio, as privações prejudicaram a segurança pública na capital. Quando a tropa portuguesa se retirou, havia pelas ruas e casas grande número de mortos pela fome. Os desentendimentos pessoais e os ressentimentos concorriam, junto com os crimes, para a intranquilidade pública (RODRIGUES, 2002, p. 267).

Os gastos com a guerra na Bahia giraram em torno de 2.000:000\$000 réis, quantia muito alta e despendida com enormes sacrifícios para o país. Além dessas despesas, ainda se deviam somar os donativos particulares no Rio e as despesas de sustentação das tropas do Rio e de Pernambuco pelas próprias duas províncias. Enquanto que, o cálculo das despesas feitas pelas tropas de Portugal enviadas à Província da Bahia, considerando despesas com a prontidão da Legião Lusitana,

soldos, gratificações, aluguel de casas, aluguel de mobílias, alimentação, remédios, atingia 325:000\$000 (RODRIGUES, 2002, p. 267).

O dia 2 de julho, considerado pelo povo baiano como a data da expulsão das tropas portuguesas de Salvador, é comemorado com muita intensidade e participação popular na Bahia. A comemoração apenas perde em grandiosidade para o Carnaval. Milhares de pessoas saem as ruas para prestigiar os desfiles que misturam o civismo, carnaval e sincretismo religioso. O carro principal mostra o Caboclo (símbolo do sentimento nativista), matando uma serpente (representação da tirania portuguesa) (GOMES, 2010, p. 195).



Figura 8 – Desfile cívico relativo ao 2 de Julho – Comemoração da Independência do Brasil na Bahia.

Fonte: Google. Disponível em: <https://bahianoar.com/veja-a-programacao-completa-para-festas-do-2-de-julho/>. Acesso em 20 de abril de 2020.

Com o fim da guerra, houve três consequências econômico-financeiras da guerra de Independência. Primeira, a extinção do Banco do Brasil em 1829. A crise no banco se iniciou quando o Rei Dom João VI raspou os cofres da instituição financeira para levar consigo no retorno à Portugal. Segunda, o início da

dependência financeira brasileira à Inglaterra, devido aos empréstimos pegos pelo governo para arcar com as despesas da guerra. Terceira, o Brasil, para derrotar os portugueses na guerra, teve que criar um Exército e uma Marinha superior ao seu recurso financeiro (RODRIGUES, 2002, p. 316).

3.5 PRINCIPAIS PERSONAGENS

Joana Angélica, mártir da Independência, nasceu em Salvador em 11 de dezembro de 1761. Desde cedo, começou a sentir inclinação para a vida religiosa, ingressando no Convento da Lapa aos 21 anos de idade. Os conflitos envolvendo portugueses e brasileiros no processo de independência não pouparam o referido Convento. Em fevereiro de 1822, quando Joana Angélica era Abadessa Sóror no Convento da Lapa, tropas lusitanas invadiram o local, pois acreditavam que lá havia oficiais brasileiros escondidos, bem como armas e munições. Joana Angélica, tentando evitar a entrada de soldados em recinto religioso feminino, pôs-se à frente das tropas, recebendo golpes de baioneta (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.54).

Bernardino José de Sousa qualificou soror Joana Angélica de "primeira heroína da Independência". É evidente que o fez no entusiasmo das comemorações em 1923 do 1º Centenário do Dois de Julho de 1823. Estavam sendo realizadas na Cidade do Salvador quando publicou o seu estudo (TAVARES, 2005, n.p).

Outra personagem de extrema relevância para a Guerra de Independência do Brasil na Bahia é Maria Quitéria de Jesus. Maria Quitéria, a mais famosa heroína da Independência, nascida em Feira de Santana, tinha trinta anos quando a Bahia estava em conflito com os portugueses. Apesar da proibição de mulheres nos batalhões de voluntários, decidiu alistar-se às escondidas. Cortou os cabelos, amarrou os seios, vestiu-se de homem e incorporou as fileiras do exército com o nome de "Soldado Medeiros" (GOMES, 2010, p. 204).

Duas semanas depois de se voluntariar, Maria Quitéria foi descoberta pelo pai, que tentou leva-la à força de volta para casa. Mas, os colegas de quartel, já impressionados com a habilidade com que ela manejava armas, imploraram para que ficasse. O oficial comandante concordou, mas impôs uma condição: em vês de farda masculina, ela usaria um saiote à moda escocesa (GOMES, 2010, p. 204).

Segundo Luis Henrique Dias Tavares (2005, n.p), Maria Quitéria foi reconhecida pela sua bravura em combate por seus superiores:

“Em 24 de junho, Lima e Silva atestou que Maria Quitéria participara de três combates. Cito: "Três vezes que entrou em combate apresentou feitos de grande heroísmo, avançando, de uma vez, por dentro de um rio, com água até os peitos, sobre uma barca, que batia renhidamente nossa tropa [combate do Funil]. O general Labatut conferiu-lhe a honra de 1º Cadete, e como tal teria sido considerada no Batalhão n. 3 do Exército Pacificador".

Após a guerra, em agosto de 1823, no Rio de Janeiro, Maria Quitéria foi recebida pelo Imperador, Dom Pedro I que a promoveu ao posto de Alferes e condecorou-a com a Ordem do Cruzeiro. Segundo a inglesa Maria Graham, Maria Quitéria não era particularmente masculina na aparência; seus modos eram delicados e alegres; era iletrada, mas inteligente, de compreensão rápida e percepção aguda (RODRIGUES, 2002, p. 275 e 276).



Figura 9 – Maria Quitéria por Domenico Failutti.

Fonte: Google. Disponível em:

<https://oprofessorweb.wordpress.com/tag/independencia-da-bahia/> . Acesso em 20 de abril de 2020.

Personagem de grande relevância para a guerra foi o General Pierre Labatut, militar francês, que contratado pelo governo de Dom Pedro para chefiar as lutas contra a ocupação portuguesa na Bahia. A chegada de Labatut mudou os rumos da guerra no solo baiano. O general foi responsável pela organização do chamado Exército Pacificador, transformando os grupos armados dispersos sob comando de

civis em um exército disciplinado, forte e leal ao Imperador Dom Pedro (FUNDAÇÃO PEDRO CALMON, 2000?, p.51).

O Coronel José Joaquim de Lima e Silva membro de uma família tradicional militar que teve 12 generais. Ele era tio de Luís Alves de Lima e Silva, futuro Duque de Caxias, o qual participou dos combates na Bahia como tenente ajudante do Batalhão. José Joaquim de Lima e Silva assumiu o comando do Batalhão do Imperador, em 18 de janeiro de 1823. Foi nomeado Comandante-Geral do Exército na Bahia, em 24 de maio de 1823, quando substituiu o General Labatut, destituído do cargo. No dia 2 de julho, entrou na capital à frente do Exército Libertador, simbolizando o fim da guerra (RODRIGUES, 2002, p. 268).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto às questões de estudo e objetivos propostos no início deste trabalho, concluiu-se que a presente investigação atendeu ao pretendido. Diante dos fatos observados na Guerra de Independência do Brasil na Bahia, o Exército Brasileiro foi fundamental para o êxito do Brasil nos combates e importante para a vitória final que se concretizou na entrada do Exército Brasileiro em Salvador no dia 2 de julho de 1823.

A revisão de literatura possibilitou descrever os acontecimentos antes, durante e após a guerra para realizar o entendimento da importância do Exército Brasileiro nas campanhas. A bibliografia serviu de subsídio para a descrição dos eventos antes da guerra: saída da Família Real Portuguesa de Portugal, a sua chegada no Brasil em 1808, a União de Brasil e Portugal em só Reino em 1815, a eclosão da Revolução do Porto em 1820 que exigiu o retorno do Rei Dom João VI à Portugal e a decisão das Cortes de tornar o Brasil novamente em colônia.

O estudo dos fatos ocorridos antes de iniciar a guerra foi importante para entender a situação que se encontrava o Brasil e o que culminou para o estado de beligerância na Bahia em 1822. A referência bibliográfica ajudou a relatar os eventos durante a guerra de independência quais são: a mudança política na Bahia capitaneada pelas Cortes de Portugal, a constituição de um exército para combater as forças portuguesas, as batalhas mais importantes travadas entre o Exército

Brasileiro e o Exército Português e a entrada do Exército Libertador em 2 de julho de 1823 que simbolicamente deu o fim a guerra.

A bibliografia, também, auxiliou na descrição do pós da guerra com o surgimento da festa cívica popular do 2 de Julho, onde na Bahia é comemorada a Independência do Brasil devido a sua importância para o estado, as consequências da guerra para a economia brasileira, dentre elas o surgimento de um Exército, sem que o país tivesse o suporte financeiro e o surgimento de personagens que se tornaram Heróis da Independência.

O estudo da Guerra de Independência na Bahia procurou ressaltar a importância do conflito para a Independência do Brasil em relação a Portugal como um ponto pé inicial em busca da sua soberania. Foi a campanha mais importante em relação as outras guerras de independência, visto que foi a campanha com maior duração e maior gasto financeiro.

O Exército Brasileiro foi reconfigurado para estar em condições de combater na Bahia. Ele se juntou às milícias do Recôncavo Baiano e a outras tropas do nordeste para fazer frente ao inimigo lusitano. Inicialmente comandado pelo general francês Pierre Labatut que teve papel fundamental na organização e disciplina do Exército. Sob o comando dele, a tropa brasileira ganhou todas as batalhas da guerra, sobretudo a Batalha do Pirajá (a maior e mais importante da guerra) e a tentativa do Cerco à Itaparica. No final, o General Labatut foi destituído do comando e preso, no seu lugar entrou o Coronel José Joaquim de Lima e Silva, tio de Luís Alves de Lima e Silva que comandou a entrada do Exército Libertador na cidade de Salvador, dando fim à guerra no dia 2 de julho de 1823.

Logo, para se chegar ao Bicentenário da Independência, que ocorrerá em 2022, o Brasil construiu a base da sua soberania, vencendo as guerras de independência a fim de se separar de Portugal. O Exército Brasileiro foi fundamental na Guerra de Independência do Brasil na Bahia porque organizou, preparou e empregou a tropa brasileira nas batalhas contra os portugueses. Utilizou uma tática militar muito eficiente, cercando por terra a tropa lusitana na capital baiana, Salvador, evitando que se chegasse suprimentos. Diante da falta de recursos, de reposição de pessoal, de alimento, de armamento e das derrotas sofridas, não houve outro destino senão os portugueses se evadirem da Bahia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Miguel Calmon du Pin. **A Batalha de Pirajá**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 1923.

CALÓGERAS, João Pandiá. **1822: A Independência do Brasil e seu reconhecimento pela “Comitas Gentium”** [Edição Anotada e Corrigida]. Unknown. Edição do Kindle.

CARVALHO, José Murilo de. **Às armas, cidadãos!** Companhia das Letras. Edição do Kindle.

CARVALHO, L. P. Macedo. **História militar: importância, natureza, aplicação e evolução**. Revista Da Cultura, Rio de Janeiro, a. I, n. 2, p.18-22, jul./dez. 2001.

Dois de Julho: A Bahia na independência nacional. **Fundação Pedro Calmon**. Capa amarela. Salvador. P.12-37. 2000?

Dois de Julho: A Bahia na independência nacional. **Fundação Pedro Calmon**. Capa azul. Salvador. P.23-79. 2000?

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

GOMES, Laurentino. **1822: como um homem sábio, uma princesa triste e um escocês louco por dinheiro ajudaram D. Pedro a criar no Brasil, um país que tinha tudo para dar errado**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2010.

RODRIGUES, José Honório. **Independência: revolução ou contra revolução**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2002.

TAVARES, Luís Henrique Dias. **Independência do Brasil na Bahia**. SCIELO – Editora da Universidade Federal da Bahia. Edição do Kindle.